

Perceptions About the Bolsa Família Program Among Students

José Vitor Lemes Gomes

Professor de Sociologia na Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cecília de Castro Sousa

Graduada em Serviço Social na Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Samara Ferreira Silva

Graduanda em Administração na Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

ABSTRACT

This article sought to describe the perceptions of UEMG (Western Minas Gerais) students about the Bolsa Família program. The proposed research was guided by the following problem: What are the types of perceptions of UEMG (Western Minas Gerais) students regarding the Bolsa Família Program? The objective was to describe the students' perceptions about the Bolsa Família program taking into account their socioeconomic dispositions. The research is justified by the relevance of the Bolsa Família program for a significant portion of the population and the importance of cultural and behavioral variables regarding the program. A survey was conducted with a representative sample of 217 students. The results suggest the coexistence of positive and negative perceptions among students.

KEYWORDS: *Political Behavior; Perceptions; Bolsa Família.*

Date of Submission: 14-06-2025

Date of Acceptance: 28-06-2025

I. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF), implementado no ano de 2003, resultou da fusão de programas assistenciais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. PBF visa combater a fome e a pobreza, promover a segurança alimentar, bem como estimular o desenvolvimento socioeconômico. No ano de 2023 mais de 21 milhões de famílias brasileiras foram beneficiárias do PBF, que, desde seu princípio, é voltado para pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Pesquisas progressas (Mundin et al; 2019; Leite; Fonseca; Holanda, 2019; Dantas et al; 2018) indicam que o PBF é alvo de preconceitos no âmbito da opinião pública. Tais pesquisas contêm evidências de que muitos brasileiros percebem o PBF como um estímulo a acomodação, desestímulo ao trabalho, assistencialismo, clientelismo etc.

Essa pesquisa busca avaliar as percepções dos discentes de uma universidade do oeste mineiro sobre o PBF, buscou-se avaliar em que medida os estudantes percebem o PBF como um benefício legítimo da Assistência Social ou como uma política assistencialista que desestimula os mais pobres ao trabalho.

A pesquisa proposta foi norteadada pelo seguinte problema: Quais os tipos de percepções dos estudantes da UEMG (unidade do oeste mineiro) em relação ao Programa Bolsa Família? Considera-se a hipótese de que “a maioria dos estudantes da UEMG (unidade do oeste mineiro) apresentam percepções negativas sobre o Programa Bolsa Família, entre tais percepções destaca-se o entendimento do programa como uma política insuficiente para superação da pobreza, marcada por práticas clientelistas e populistas, além da existência de corrupção/fraude na seleção dos beneficiários.

O objetivo geral da pesquisa proposta é: descrever as possíveis associações das percepções dos estudantes sobre o programa Bolsa Família com suas predisposições culturais e socioeconômicas. Os objetivos específicos são: 1) Descrever as disposições culturais e socioeconômicas dos estudantes da UEMG (unidade do oeste mineiro); 2) Identificar os tipos de percepção dos estudantes sobre o Programa Bolsa Família; 3) Descrever os tipos de percepção dos estudantes em relação ao Programa Bolsa Família.

Robert Putnam (2006) evidencia que o bom desempenho das instituições democráticas é afetado pelos padrões de comportamento político da população. O autor desenvolveu pesquisas sobre a evolução de reformas políticas na Itália por duas décadas (1970-1980), constatando que o projeto de descentralização administrativa democratizante foi mais eficiente nas regiões do norte do que nas regiões do sul do país devido aos contrastes de

diferentes padrões de cultura política. O estudo de Putnam corrobora o argumento de que a compreensão de qualquer fenômeno político depende, em parte, de variáveis comportamentais. As diferenças entre o desempenho institucional no norte e no sul da Itália comprovam que fenômenos políticos dificilmente são alterados apenas em função de leis, decretos ou reformas institucionais, mas tais mudanças são mais bem viabilizadas se houverem disposições culturais e comportamentais favoráveis.

O raciocínio desenvolvido por Putnam (2006) se aplica a temática dessa pesquisa devido ao entendimento de que um programa como o Bolsa Família pode ser melhor consolidado se as percepções da população forem favoráveis. Portanto a pesquisa se justifica na relevância do programa Bolsa Família para uma parcela relevante da população e na importância das variáveis culturais e comportamentais sobre ele. É importante reforçar que programas como o Bolsa Família, apesar das discussões, contribuí com o desenvolvimento econômico e social do país.

A pesquisa possui finalidade descritiva, ou seja, busca descrever o perfil da amostra bem como as opiniões manifestas pelos respondentes. A abordagem da pesquisa é quantitativa, isto é, busca-se mensurar, através de análise estatística, a distribuição de características e percepções dos respondentes a respeito do PBF. O instrumento de pesquisa é um questionário, de questões objetivas, aplicado para uma amostra representativa de 217 estudantes, ou seja, trata-se de um survey.

Esse artigo foi subdividido em cinco seções. Além dessa introdução constam: a segunda seção, a revisão teórica, onde consta a revisão de estudos a respeito do PBF, bem como de estudos a respeito das percepções da população sobre o programa; a terceira seção contém a explicação dos procedimentos metodológicos da pesquisa; na quarta seção os resultados foram apresentados em tabelas que sintetizam os dados estatísticos levantados, bem como sua interpretação; por fim, consta a conclusão, seção em que são apresentadas as principais considerações extraídas da pesquisa.

II. REVISÃO TEÓRICA

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 através da Medida Provisória nº.132 (Cossato; Corrêa; Paiva, 2018). O presidente Lula implementou o PBF dez meses após assumir a liderança do governo federal. O programa resultou da unificação dos programas: Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso a Alimentação (PNAAL), Bolsa Alimentação e Programa Auxílio Gás (Arrais, 2016). Em 2004 a Lei nº 10.836 e o Decreto nº 5.209 instituíram o PBF como uma política de transferência de renda direta destinada às famílias em vulnerabilidade social (Dantas et al; 2018)

As condicionalidades do PBF envolvem as áreas de saúde, educação e assistência social. As famílias beneficiadas, com filhos entre zero e 15 anos de idade, devem garantir a matrícula e frequência dos filhos na escola, cumprir o calendário de vacinações, realizar o acompanhamento pré-natal (Oliveira et al; 2016). Os objetivos do PBF são: combater a fome e a pobreza, promover segurança alimentar e nutricional, acesso aos serviços públicos e o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico do país (Dantas et al; 2018).

Desde sua implementação, o PBF é desenvolvido no âmbito da Assistência Social, serviço público pautado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) instituída no ano de 1993. A LOAS regulamenta que a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado. Trata-se de uma política de seguridade social não contributiva voltada para provisão dos mínimos sociais (Brasil, 1993 apud Arrais, 2016).

O PBF visa atenuar os dilemas da questão social, bem como reduzir a pobreza. Através do PBF, o governo Lula estabeleceu uma nova percepção sobre a questão social no Brasil, pois o governo passou a considerar as políticas sociais como políticas tão importantes quanto as políticas de desenvolvimento econômico (Cossato; Corrêa; Paiva, 2018).

O PBF, desde seu princípio, é voltado para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Tais condições são definidas em função da renda familiar mensal per capita. O Decreto nº 8.794 de 2016 define que as famílias em situação de pobreza são as que possuem renda familiar mensal per capita de até R\$170,00. Já as famílias em situação de extrema pobreza são aquelas com renda familiar mensal per capita de até R\$85,00 (Dantas et al; 2018).

Estudos demonstram que o PBF exerceu efeito positivo na economia. Em 2012 o IPEA publicou dados que indicaram que a cada R\$1,00 gasto com Bolsa Família, R\$1,78 era incorporado ao PIB (Ipea, 2012 apud Arrais, 2016). O número de famílias beneficiadas cresceu consideravelmente ao longo dos anos, chegando a 13.782.217 famílias em 2015, o que corresponde a um crescimento de 125% em relação ao ano de 2004. “Em 2015 haviam 47.146.438 pessoas diretamente beneficiadas, sendo 21.176.069 homens e 26.818.672 mulheres” (Arrais, 2016, p.213). Considerando os números mencionados, Arrais (2016) estima que aproximadamente 23% da população brasileira estava envolvida nesta rede de proteção social em 2015.

O crescimento do número de beneficiados pelo PBF só foi possível graças ao crescimento da rede técnica burocrática envolvida na promoção do programa.

Em 2007 havia 4.195 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), número que passou para 8.091 em 2014 com cobertura de 98,5% dos municípios brasileiros. O número de trabalhadores nas secretárias municipais de assistência social saltou de 220.730, em 2007, para 256.858, em 2014 (Arrais, 2016, p.214).

O investimento monetário do governo federal no PBF também cresceu consideravelmente desde sua criação. De acordo com Oliveira et al. (2016), em 2004 o investimento foi de 5,5 bilhões de reais. Em 2012 o investimento já era de pouco mais de 20 bilhões de reais, o que se traduz em um aumento de aproximadamente 260%.

Apesar dos diversos avanços verificados em relação ao PBF, ele é alvo de críticas. Oliveira et al. (2016) indica que os opositores do programa o classificam como uma forma de assistencialismo, que o Bolsa Família não passaria de uma esmola eleitoral sem benefícios concretos. Nesse artigo buscaremos tipificar as percepções da população a respeito do PBF como fenômenos associados aos padrões da cultura política hegemônica no Brasil.

2.1 PERCEPÇÃO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Euzébio Filho (2016) busca avaliar aspectos ideológicos associados a programas de transferência de renda no contexto do neoliberalismo. O autor adota uma perspectiva marxista, isto é, aborda o conceito de ideologia como falsificação da realidade. Desse ponto de vista a ideologia envolve ideias que inviabilizam a tomada de consciência de classe entre os grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Entre as várias críticas que são atribuídas ao PBF, Euzébio Filho (2016) destaca aquelas que considera como ideologizantes. A primeira seria o deslocamento de responsabilidade sobre a pobreza do Estado para indivíduos e famílias. De acordo com o autor isso pode levar a uma percepção de que a pobreza resulta de uma falha individual ou familiar, ocultando o papel estruturante do sistema socioeconômico que de fato gera a desigualdade.

Outra percepção ideológica seria a de naturalização da pobreza. Nesse caso os beneficiários dos programas tendem a internalizar a pobreza como condição inevitável que ocorre em todas as sociedades, sem reconhecer as causas estruturantes e sistêmicas da desigualdade socioeconômica. Euzébio Filho (2016) ainda destaca a focalização (critérios de elegibilidade) dos programas de transferência de renda como um estímulo a competição entre os indivíduos em situação de vulnerabilidade. Nesse caso, os critérios de seleção que limitam o número de beneficiários, podem gerar um espírito de competição entre aqueles que não são elegíveis pelos critérios de seleção com os demais, igualmente pobres que se adequam a tais critérios.

Euzébio Filho (2016) ressalta que programas como o Bolsa Família realizam inclusão pelo consumo que nem sempre são acompanhadas de políticas de geração de emprego ou de melhorias nas condições de trabalho. Essa situação pode enfraquecer a identidade de classe, bem como ocultar a importância de empregos dignos. De acordo com o autor, outro aspecto ideologizante associado aos programas de transferência de renda seria o personalismo político. Tais programas podem reforçar a ideia de que o acesso aos benefícios seria um favor pessoal concedido pelo governante e não um direito garantido pelo Estado.

Nessa pesquisa, as características ideologizantes associadas aos programas de transferência de renda são abordadas como um conjunto de ideias que fundamentam percepções negativas e preconceituosas que tem como efeito a ocultação das causas estruturais da desigualdade, bem como a real importância de programas como o Bolsa Família.

As informações e dados apresentados demonstram que o PBF vem sendo associado a ideologias e percepções negativas que caracterizam uma cultura política na qual não há consenso entre as opiniões e atitudes sobre a validade da assistência aos mais pobres por parte do Estado. Importantes setores da imprensa, muitas vezes, promovem tais preconceitos.

Castro et al. (2009) apresentam um estudo a partir de dados da pesquisa "Percepção sobre os Programas Federais" conduzida pelo DATAUnB – Pesquisas Sociais Aplicadas, a pedido da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. A pesquisa utilizou metodologias qualitativas e quantitativas para captar a percepção pública sobre programas federais nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, comunicação, segurança e economia. A coleta de dados incluiu 6001 entrevistas domiciliares em 214 municípios de 25 unidades da federação brasileira.

O artigo de Castro et al. (2009) sugere que a maioria da população brasileira reconhece o PBF e acredita que ele está sendo utilizado de maneira adequada. Mesmo assim, há reconhecimento de problemas na execução do programa. Os autores destacam que a percepção positiva do PBF varia entre as regiões. No Nordeste, apenas 10% dos entrevistados acham que o programa não faz diferença, enquanto no Sul e Centro-Oeste, 17% e 13% respectivamente acham que o programa traz mais coisas ruins do que boas. Os autores destacam que as pessoas que conhecem beneficiários do PBF tendem a ter uma opinião mais favorável sobre o programa (77% acham que ele traz mais coisas boas), em comparação com aqueles que não conhecem nenhum beneficiário, que são mais propensos a achar que o programa não faz diferença (18%) ou traz mais coisas ruins (16%).

De acordo com Castro et al. (2009) críticas recorrentes a respeito do PBF são associadas as ideias de fraudes na inclusão, acomodação dos beneficiários e estimulação a natalidade. 82% dos entrevistados acreditam que há fraudes na inclusão de beneficiários que não deveriam receber o benefício. 67% acham que a certeza do recebimento do benefício pode levar à acomodação e falta de busca por emprego. 56% acreditam que o PBF incentiva as pessoas a terem mais filhos.

Apesar das percepções negativas comuns sobre a transferência de recursos, fraudes e possíveis efeitos adversos no comportamento dos beneficiários (como a acomodação e aumento da natalidade), a população em geral reconhece que o PBF é eficaz em seus objetivos de combater a pobreza, manter crianças na escola e reduzir o trabalho infantil. A pesquisa revela que as críticas sobre fraude e acomodação são significativas, mas não superam o reconhecimento dos benefícios proporcionados pelo PBF. A população acredita que, apesar dos problemas, os objetivos principais do programa estão sendo alcançados de maneira eficaz.

Leite; Fonseca e Holanda (2019) apresentam estudo sobre a cobertura jornalística a respeito do PBF. Os autores realizaram uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa de conteúdos veiculados nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo entre os anos de 2003 e 2017. Tal estudo evidencia que ambos os jornais reproduziram narrativas conservadoras e críticas em relação ao PBF. Tais narrativas sugerem que o PBF seria assistencialista, insuficiente para a superação da pobreza, promotor de marketing político para os governistas e reforçaria práticas populistas.

De acordo com a avaliação de Leite; Fonseca e Holanda (2019) a narrativa dos jornais analisados associam o PBF ao assistencialismo ao descreverem o programa como uma política que cria a dependência do beneficiário e o desencorajaria para o trabalho. A Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo publicaram matérias nas quais o PBF foi apresentado como ineficaz para a mudança da estrutura social. A narrativa apresentada nos dois jornais apresentou, muitas vezes, o PBF como um instrumento de marketing político destinados a beneficiar os governos do PT. Ainda nesse sentido, as matérias veiculadas no período analisado sugerem o programa como uma política populista mobilizada pelo governo para angariar votos entre os mais pobres. Os autores destacam que essa narrativa midiática ignorou evidências acadêmicas e estudos que demonstravam os benefícios do PBF, contribuindo para a desinformação e a perpetuação de uma visão negativa e conservadora do programa.

O estudo de Leite; Fonseca e Holanda (2019) conclui que a grande imprensa, ao reproduzir narrativas conservadoras sobre o PBF, contribuiu para uma resistência ideológica ao avanço dos direitos sociais no Brasil. A pesquisa indica uma discrepância significativa entre as representações midiáticas do PBF e as evidências empíricas sobre os impactos positivos do programa.

O pesquisador do IPEA, Marco Natalino (2020), apresentou um estudo que analisou a percepção pública sobre o Programa Bolsa Família (PBF) a partir da análise de 172 entrevistas em profundidade e surveys nacionais realizados pelo IPEA. A análise revelou quais temas surgem frequentemente juntos e como esses temas variam entre diferentes classes sociais. A abordagem foi baseada na ideia de que as representações e experiências coletivas são moldadas pelo contexto social e histórico.

No que se refere as percepções de diferentes classes sociais, o estudo evidencia que os mais ricos tendem a responsabilizar os pobres por sua situação, ainda acreditam que o valor do benefício é insuficiente para alguém superar a pobreza, mas contraditoriamente são contra a elevação do valor, preferindo ações de entidades privadas na assistência aos pobres. Natalino (2020) destaca que a classe média é propensa a crer que o benefício cria dependência e não resolve a pobreza. Também é mais crítica em relação à corrupção e vê o programa como uma compra de votos.

Natalino (2020) destaca que há uma mobilização significativa da retórica da dependência, com muitos entrevistados argumentando que os beneficiários do Bolsa Família são preguiçosos e precisam ser incentivados a buscar trabalho. A crítica ao programa frequentemente envolve a ideia de que ele cria uma dependência nociva e uma percepção negativa dos beneficiários, que são vistos como corruptos ou moralmente inferiores. Poucos entrevistados conectam o Bolsa Família à ideia de direitos sociais ou garantias de cidadania. Beneficiários frequentemente expressam confusão sobre as regras do programa e percebem o benefício como uma forma de ajuda, mas insuficiente para atender suas necessidades básicas.

As percepções negativas disseminadas entre os brasileiros sobre o PBF contribui para a estigmatização dos beneficiários. A percepção negativa sobre o Bolsa Família e seus beneficiários é amplamente alimentada por estigmas de dependência e corrupção, resultando em menor apoio público, o que pode comprometer a sustentabilidade do programa. A falta de apoio público e o estigma associado ao programa podem levar a problemas de financiamento e sustentabilidade, prejudicando sua eficácia a longo prazo.

Mundim et al. (2019) apresentam um estudo no qual realizam análise de dados resultantes de pesquisa de opinião pública encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República junto ao IBOPE. Tal pesquisa foi realizada entre os dias 22 e 28 de novembro de 2014, trouxe um bloco do questionário dedicado ao PBF.

O objetivo foi captar um suposto preconceito latente contra o PBF e avaliar quais mensagens sobre seus

benefícios seriam mais eficientes para aumentar o apoio ao programa. Os experimentos revelaram um considerável apoio ao PBF, contrário à expectativa de rejeição. No entanto a opinião pública sobre o PBF é complexa, pois apesar de muitos respondentes apresentarem percepções negativas sobre o programa, a maioria é favorável à sua manutenção. Foi constatado que 62% dos entrevistados eram a favor do PBF, 21% contra e 16% neutros.

Para esse estudo, sobre as percepções de estudantes universitários sobre o PBF, foi realizada uma análise mais detalhada dos dados da pesquisa SECOM/IBOPE (2014) da qual foram extraídas questões para construção do questionário aplicado aos estudantes. Desse modo, considerou-se viável a exposição de tais dados nessa revisão de literatura.

Tabela 1: Avaliação dos brasileiros sobre o PBF.

P52) Como o(a) sr(a) avalia o programa Bolsa Família? Na sua opinião, ele é:	
Base: Amostra (2002)	
Ótimo/Bom	53%
Regular	30%
Ruim/Péssimo	15%
NS/NR	1%

Fonte: SECOM/PR-IBOPE (2014).

Tal como observado por Mundim et al. (2019), os dados da pesquisa evidenciam considerável apoio ao PBF. A maioria dos respondentes (53%) avaliaram o PBF como ótimo ou bom. A tabela a seguir evidencia que a maioria dos respondentes (62%) se declararam favoráveis ao programa.

Tabela 2: Favorável ou desfavorável ao PBF.

P53) O(a) sr(a) é a favor ou contra o programa Bolsa Família?	
Base: Amostra (2002)	
A favor	62%
Contra	21%
Nem a favor, nem contra (Esp.)	16%
NS/NR	1%

Fonte: SECOM/PR-IBOPE (2014).

Apesar da avaliação positiva e do parecer favorável ao PBF entre os respondentes da pesquisa SECOM-PR/IBOPE (2014), a tabela 3 evidencia que parte significativa dos respondentes concordam com frases que expressam percepções negativas em relação ao programa. Tais percepções já foram mencionadas em estudos apresentados anteriormente, com destaque para a ideia de que o PBF gera acomodação entre os beneficiários, incentiva a natalidade, gera dependência dos beneficiários em relação ao governo e a ocorrência de fraude/corrupção na seleção dos beneficiários.

Tabela 3: Concordância ou discordância em relação às frases.

P58) Agora vou ler algumas frases associadas ao programa Bolsa Família e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se concorda ou discorda de cada uma delas. O programa Bolsa Família: **(RU)**

Base: Amostra (2002)	Concorda	Discorda	Nem concorda/ nem discorda	NS/NR
Melhorou a vida das pessoas pobres no Brasil	62%	20%	14%	4%
Favorece a acomodação dos beneficiários	60%	23%	13%	4%
Ajudou a reduzir a desigualdade no Brasil	50%	33%	13%	4%
Incentiva as pessoas a terem mais filhos para receber o benefício	50%	33%	13%	4%
Ajudou na redução da pobreza no Brasil	55%	28%	13%	4%
Aqueles que recebem o Bolsa Família ficam dependentes do Governo	58%	24%	14%	4%
Melhorou a vida das mulheres beneficiárias, pois são elas que recebem o dinheiro	60%	21%	14%	4%
Há pouco controle sobre quem deve de fato receber o programa	68%	16%	12%	4%
Melhorou a vida das crianças, pois elas são incentivadas a ir para a escola	60%	23%	13%	4%
Há pessoas que recebem o Bolsa Família, mas que não deveriam receber	70%	16%	10%	4%

Fonte: SECOM/PR-IBOPE (2014).

As percepções contidas nas tabelas anteriores inspiraram os autores dessa pesquisa a construir tipos ideais de percepções a respeito do PBF. Tais tipos se traduzem em frases que podem ser apresentadas para os respondentes no intuito de que eles se posicionem em graus de concordância/discordância em relação a tais tipos de percepção. Tais tipos encontram-se sintetizados no quadro 1.

Quadro 1: Tipos de percepções sobre o Programa Bolsa Família (PBF).

OPINIÕES FAVORÁVEIS	OPINIÕES DESFAVORÁVEIS
PBF É UM DIREITO SOCIAL	PBF É UMA POLÍTICA CLIENTELISTA
Todo ser humano tem direito a uma renda mínima que garanta sua subsistência. O programa Bolsa Família é uma política social eficaz no cumprimento desse direito. (Elaboração própria, 2023)	Os políticos que ocupam cargos no governo concedem o benefício (Bolsa Família) com um favor aos mais pobres, para receber, em troca, votos. (Elaboração própria, 2023)
PBF É UMA POLÍTICA EFICAZ NA REDUÇÃO DA POBREZA	PBF É UMA POLÍTICA POPULISTA
O Estado deve adotar políticas sociais para amenizar a fome e a pobreza. O programa Bolsa Família é eficaz na redução da pobreza no Brasil. (Adaptada de SECOM/IBOPE, 2014)	O Presidente da República mantém o Programa Bolsa Família como uma forma de se apresentar como “pai dos pobres”, ou seja, como uma forma de ampliar sua popularidade. (Elaboração própria, 2023)
O PBF INCENTIVA A EDUCAÇÃO	PBF É UMA POLÍTICA ASSISTENCIALISMO
O Programa Bolsa Família melhorou a vida das crianças, pois elas são incentivadas a ir para a escola. (SECOM/IBOPE, 2014)	O governo promove o Programa Bolsa Família como uma forma de assistencialismo, ou seja, auxilia momentaneamente os mais pobres, mas não atua no combate efetivo às causas da pobreza. (Elaboração própria, 2023)
O PBF É EFICAZ NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE	O PBF INCENTIVA A ACOMODAÇÃO

Perceptions About The Bolsa Família Program Among Students

O Programa Bolsa Família ajudou a reduzir a desigualdade no Brasil. (SECOM/IBOPE, 2014)	O Programa Bolsa Família favorece acomodação dos beneficiários. (SECOM/IBOPE, 2014)
O PBF É IMPORTANTE PARA AS MÃES	O PBF É PROMOVIDO ATRAVÉS DECORRUPÇÃO
O Bolsa Família melhorou a vida das mulheres (mães) beneficiárias, pois são elas que recebem dinheiro. (SECOM/IBOPE, 2014)	Há pouco controle sobre quem merece de fato receber o Bolsa Família. Há pessoas que recebem, mas não deveriam receber. (SECOM/IBOPE, 2014)
O PBF DEVE SER MANTIDO	O PBF DEVE SER EXTINTO
O Programa Bolsa Família deve ser mantido, pois é uma importante política para a redução da pobreza. (Elaboração própria, 2023)	O Programa Bolsa Família deve ser extinto, pois não é suficiente para acabar com a pobreza e leva os beneficiários à acomodação. (Elaboração própria, 2023)

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Entre as percepções sobre PBF, contidas no quadro 1, cabe explicar os tipos de opinião que envolvem menção a conceitos definidos em teorias das Ciências Sociais, tais como: direito social, clientelismo, assistencialismo e populismo.

Direitos sociais visam preservar o mínimo para sobrevivência e qualidade de vida dos indivíduos. No artigo 6º da Constituição Federal de 1988 são considerados direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Nesse sentido é previsto por lei que o Estado deve promover programas que garantam o acesso aos direitos básicos como a escola, alimentação, saúde etc. O PBF tem o papel de assegurar esses critérios previstos na constituição.

O clientelismo, de acordo com Hilgers (2011), é caracterizado por uma série de trocas de apoio político por benefícios pessoais ao longo do tempo. Este fenômeno se consolida como relações clientelistas quando estabelece padrões de interesse nas interações entre atores de diferentes status sociais. Os patronos (políticos), agentes empoderados, oferecem vantagens pessoais aos clientes (eleitores) em troca de voto, apoio político e lealdade. Embora o clientelismo varie em diferentes contextos históricos e sociais, sua essência persiste na natureza das relações pessoais orientadas para a troca de favores motivados por interesses específicos. Nas sociedades modernas, observa-se a presença dessas práticas na burocracia estatal, onde o patrono exerce controle sobre o aparato estatal para conceder uma variedade de benefícios aos seus clientes. Nesse cenário, o patrono pode oferecer bens, serviços, cargos e diversos outros privilégios aos clientes, que, em reciprocidade, proporcionam votos, apoio político e lealdade.

No Brasil, o clientelismo é descrito por Carvalho (1997) como um fenômeno intrínseco à história do país. Essa prática estabelece relações clientelistas onde os atores podem alterar seus parceiros de negociação. Em geral, cidadãos engajam-se em negociações de interesses com membros do governo ou políticos influentes, os quais buscam angariar votos. Um exemplo dessa dinâmica ocorre entre deputados e eleitores, onde os primeiros negociam votos em troca de empregos e acesso a serviços públicos. Essa troca de favores é viabilizada pela capacidade dos deputados de exercer influência sobre o poder executivo, consolidando a relação clientelista. Essa prática, embora enraizada em aspectos históricos, continua a ser um elemento relevante nas interações políticas, pode contribuir para a perpetuação de desigualdades e dificultar desenvolvimento de políticas públicas mais equitativas.

O conceito assistencialismo implica em uma suposta assistência social destinada aos estratos mais pobres da sociedade. Porém essa abordagem é permeada por discursos políticos de caráter demagógico, isso quer dizer que existe um claro interesse em agradar a massa popular e manipulá-la, que inclui promessas que provavelmente não serão cumpridas, visa apenas à conquista do poder político e/ou outras vantagens correlacionadas. Embora as ações assistencialistas possam proporcionar ajuda momentânea aos indivíduos economicamente desfavorecidos, elas não abordam as raízes estruturais da pobreza. Nesse intuito, os benefícios são concedidos como favores, não como direitos, o que cria uma relação de débito de obrigação de quem é ajudado. Essa prática se caracteriza pela falta de compreensão do que é a assistência como política pública.

Por fim, o populismo assim como está definido no Dicionário de Política (1998), organizado por Norberto Bobbio e redigido por Ludovico Incisa pode ser compreendido como uma abordagem política cuja principal fonte de legitimação é o povo, concebido como um agregado social homogêneo e depositário exclusivo de valores. Ou seja, o populismo é uma ideologia que fundamenta sua legitimidade na vontade popular. Essa corrente política busca sobreviver por meio de formas carismáticas de representação do povo.

No contexto brasileiro, o populismo, tem como referência a publicação de Francisco Weffort (1986) em "O Populismo na Política Brasileira". O populismo emerge em um cenário democrático de participação ampliada, onde as massas populares ganham direito ao voto a partir de 1945/1946. No ambiente urbano-industrial do Brasil, as massas populares se agregam, e a ampliação do sufrágio proporciona condições institucionais para que essas camadas exerçam pressão no processo político através do voto.

O populismo brasileiro destaca-se pela manipulação mútua entre o Estado e as massas populares. Nesse

contexto, os eleitores estabelecem uma relação direta com os candidatos devido à natureza fragmentada da massa, que não está vinculada a partidos ou sindicatos, e não se mobiliza para ações coletivas coordenadas. Os indivíduos que compõem a massa agem de forma isolada, identificando em alguns candidatos a encarnação de seus interesses individuais. O candidato que consegue se apresentar como líder carismático conquista a adesão da massa ao se comprometer com os interesses populares. Assim, o populismo, como descrito, é uma forma de exaltação de uma pessoa que surge como uma figura desejada para liderar o Estado, refletindo a busca pela legitimidade política por meio da conexão direta com as aspirações do povo.

As reflexões apresentadas visam fundamentar uma pesquisa de opinião junto aos estudantes universitários sobre o PBF. Essa não é a primeira pesquisa realizada entre universitários a respeito do PBF. Vieira et al. (2016) realizaram pesquisa com alunos do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, entre maio e junho de 2014, resultando em uma amostra de 217 estudantes. Segundo os autores, os estudantes demonstraram um baixo nível de conhecimento sobre o PBF, com uma média de 3,24 acertos em 10 questões. Os entrevistados acreditam que o PBF melhora as condições de consumo dos beneficiários. No entanto, muitos deles são contrários à ampliação do programa e consideram que os recursos são mal geridos, tanto pelo governo quanto pelas famílias beneficiárias. Os autores ainda constataram que as percepções negativas sobre o PBF aumentam conforme cresce o nível de renda familiar dos estudantes.

O estudo de Vieira et al. (2016) revela que, apesar de os universitários reconhecerem alguns benefícios do PBF, como o aumento do consumo dos beneficiários, eles criticam a gestão e a eficácia do programa. A pesquisa destaca a falta de conhecimento detalhado sobre o PBF entre os estudantes e sugere que a percepção negativa pode estar ligada a fatores socioeconômicos. Como limitação, a amostra é homogênea, composta apenas por estudantes de uma única universidade e curso, sugerindo a necessidade de estudos futuros mais abrangentes que incluam diversas instituições e cursos, além de comparações com a percepção da população em geral.

III. MÉTODOS

A pesquisa proposta nesse projeto possui a finalidade descritiva sobre as percepções dos estudantes da UEMG (unidade do oeste mineiro) sobre o Programa Bolsa Família. De acordo com Gil (2014, p.28) o método descritivo tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Trata-se de descrever os tipos de percepção dos estudantes da UEMG (unidade do oeste mineiro) sobre o programa Bolsa Família, bem como suas disposições culturais e socioeconômicas.

Essa pesquisa possui uma abordagem quantitativa. De acordo com Richardson (2014, p.70), “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. Foi realizada uma pesquisa quantitativa sobre as percepções dos estudantes da UEMG (unidade do oeste mineiro) sobre o programa Bolsa Família através de um survey.

O instrumento da pesquisa (survey), foi um questionário formulado com questões de múltipla escolha, aplicado para uma amostra representativa dos estudantes da UEMG (unidade do oeste mineiro). Foi composta uma amostra probabilística estratificada que envolveu estudantes de todos os cursos da unidade na mesma proporção em que eles estão dispersos no universo descrito na tabela a seguir.

No que se refere ao delineamento da pesquisa, considerou-se a amostra dos alunos da UEMG/Cláudio um caso, por isso foi desenvolvido um estudo de caso sobre comportamento político entre os estudantes da instituição supracitada. De acordo com Gil (2014) “o estudo de caso é caracterizado por um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Foi considerado como universo da pesquisa todos os discentes da UEMG/Cláudio, matriculados na instituição no ano de 2023, tal como descrito na tabela 4.

Tabela 4: Amostra dos discentes universitários.

Cursos	Número de Discentes	Percentual por curso
Administração	150	31,8%
Ciências Contábeis	141	29,9%
Pedagogia	106	22,5%
Direito	42	8,9%
Serviço Social	32	6,9%
TOTAL	471	100%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Considerando o universo de 471 estudantes, foi aplicado a fórmula estatística para um erro amostral de 5%, que resultou em uma amostra de 217 alunos. Buscou-se compor uma amostra nas mesmas proporções de distribuição do universo que serão distribuídos nas proporções dos cursos do universo, tal como descrito na tabela 2.

Tabela 5: Amostra.

Cursos	Número de Discentes	Percentual por curso
Administração	69	31,8
Ciências Contábeis	65	29,9
Pedagogia	49	22,5
Direito	19	8,9
Serviço Social	15	6,9
TOTAL	217	100

Fonte: Elaboração própria, 2023.

No que se refere ao delineamento da pesquisa, considerou-se a amostra dos alunos da UEMG/Cláudio um caso. De acordo com Gil (2014) “o estudo de caso é caracterizado por um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Trata-se de um estudo de caso por tratar-se de um grupo de estudantes matriculados em uma universidade específica e por ser: “um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de seu contexto de realidade” (Yin, 2001; Gil, 2014).

O questionário buscou levantar o grau de concordância dos respondentes em relação a tipos pré-definidos de opiniões sobre o PBF. Tais tipos de opiniões estão sintetizadas no quadro 1 e pautaram a análise dos resultados.

IV. RESULTADOS

No que se refere a distribuição da amostra por sexo é notável o predomínio de mulheres, tal como explícito na tabela 6.

Tabela 6: Perfil da amostra por sexo

CURSO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Administração	13,1%	18,7%	31,8%
Ciências Contábeis	10,9%	20,0%	30,9%
Pedagogia	1%	20,7%	21,7%
Direito	4,1%	4,6%	8,7%
Serviço Social	2,3%	4,6%	6,9%
Total	31,4	68,6	100,0%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Quanto a idade a amostra apresenta um perfil predominantemente jovem. 62,2% dos respondentes declararam idade entre 18 e 24 anos; 15,2% dos respondentes declararam idade entre 25 e 39 anos; 5,1% declararam idade de 40 anos ou mais; 17,5% não declararam a idade.

No âmbito da renda familiar 8,8% dos respondentes declararam renda de até 1 salário mínimo; 53,9 declararam renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos; 24,9% declararam renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos e 12,4% declararam renda familiar acima de 5 salários mínimos.

Quanto a autodeclaração racial 55,6% dos respondentes se declararam brancos; 35,5% se declararam pardos; 7,4% se declararam pretos e 1,5% se declararam de outra raça. No âmbito da religião, 72,4% dos respondentes se declararam católicos; 10,1% se declararam evangélicos; 6,9% se declararam de outros credos; 8,8% declararam não seguir nenhuma religião, apesar de crerem em deus e 1,8% se declararam ateus.

A abordagem sobre o PBF foi iniciada com o questionamento sobre o conhecimento dos respondentes a respeito do programa. 69,5% declararam conhecer o PBF. 29,5% declararam já terem ouvido falar sobre o programa, 1% afirmaram não conhecer o programa. Ao serem questionados se conhecem alguém que é beneficiário do PBF 65% declararam que sim e 35% afirmaram que não conhecem nenhum beneficiário. Ao serem questionados se alguém da sua família era beneficiário do PBF, 18% afirmaram que sim e 82% afirmaram que não.

a. Percepções dos estudantes sobre o PBF.

Os dados mais importantes dessa pesquisa encontram-se na tabela 7, tratam-se das percepções dos estudantes sobre o PBF. É importante lembrar que tais percepções resultam de crenças e valores, muitos desses imbuidos de ideologias e preconceitos que viabilizam percepções negativas que ocultam os dilemas da desigualdade socioeconômica entre os brasileiros. Nesse contexto parte considerável dos respondentes reproduzem percepções negativas em relação ao PBF sem reconhecê-lo como um direito social fundamental para a cidadania. Tais percepções não são homogêneas na amostra, de modo que parcela relevante dos respondentes identificam o programa como um direito social. Isso é evidente na segunda linha da tabela, na qual a maioria (43,3%) reconhece o PBF como um direito social.

É importante destacar que cada uma das frases que expressam percepções negativas ou positivas sobre o programa foi apresentada em uma questão na qual o respondente deveria concordar, discordar ou se manter neutro. Quantitativamente o dado mais relevante se refere a percepção do PBF como uma prática de política assistencialista, pois 78,3% declararam perceber o programa como tal. A frase que expressa o assistencialismo apresenta o PBF como uma ajuda momentânea sem efeito efetivo sobre as causas da pobreza. No mesmo sentido, 50,7% dos respondentes discordam da percepção do PBF como uma política eficaz na redução da desigualdade.

Tabela 7: Concordância dos estudantes com opiniões sobre o PBF.

TIPO DE OPINIÃO	FRASES QUE EXPRESSAM OPINIÕES.	CONCORDO	DISCORDO	NEM CONCORDO/ NEM DISCORDO	NS
Clientelismo (-)	Os políticos que ocupam cargo no governo concedem o benefício (BolsaFamília) como um favor aos mais pobres, para receber, em troca, votos.	36,9%	21,2%	37,8%	4,1%
Direito Social (+)	Todo ser humano tem direito a uma renda mínima que garanta sua subsistência. O PBF é uma política social eficaz no cumprimento dessedireito.	43,3%	21,2%	30,0%	5,5%
Populismo (-)	O Presidente da República mantém oPBF como uma forma de se apresentar como "pai dos pobres", ou seja, como uma forma de ampliar suapopularidade.	40,1%	24,8%	29,5%	5,6%
O PBF é eficaz na redução da pobreza (+)	O Estado deve adotar políticas sociaispara amenizar a fome e a pobreza. O PBF é eficaz na redução da pobreza no Brasil.	33,6%	35,5%	29,0%	1,9%
Assistencialismo (-)	O governo promove o PBF como uma forma de assistencialismo, ou seja, auxilia momentaneamente os mais pobres, mas não atua no combate efetivo às causas da pobreza.	78,3%	4,6%	15,3%	1,8%
Incentivo àeducação (+)	O PBF melhorou a vida das crianças,pois elas são incentivadas a ir para a escola.	37,4%	34,5%	23,0%	5,1%
Acomodação (-)	O PBF favorece a acomodação dos beneficiários.	31,4%	29,5%	33,6%	5,5%
Redução da desigualdade (+)	O PBF ajudou a reduzir a desigualdade no Brasil	17,1%	50,7%	27,6%	4,6%
Corrupção (-)	Há pouco controle sobre quem merece de fato receber o PBF. Há pessoas que recebem, mas não deveriam receber.	71,5%	6,0%	18,0%	4,5%
Benéfico para as mães (+)	O PBF melhorou a vida das mulheres (mães), pois são elas que recebem o dinheiro.	30,0%	30,4%	31,3%	8,3%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Outro dado relevante do ponto de vista quantitativo foi relativo a percepção de corrupção ou fraude na seleção dos beneficiários, 71,5% dos respondentes percebem que muitas das pessoas que recebem o benefício não se enquadra de fato nos requisitos para tal. A pesquisa SECOM-PR/IBOPE (2014) está em sintonia com a percepção de corrupção na seleção dos beneficiários, 68% dos respondentes declararam perceber que “há pouco controle sobre quem de fato deve receber o programa” e 70% concordaram com a percepção de que “há pessoas que recebem o Bolsa Família, mas que não deveriam receber”.

Ainda comparando os resultados do levantamento entre os estudantes (tabela 7) com os dados da pesquisa SECOM-PR/IBOPE (2014) contidos na tabela 3, chama a atenção os percentuais daqueles que nem concordam e nem discordam. Enquanto na tabela 3 o quantitativo dos neutros não ultrapassa os 15 pontos percentuais, na tabela

7 essa neutralidade chega a 37,8% sobre a percepção de clientelismo no programa e o percentual mínimo é de 15,3% em relação a percepção do PBF como uma política assistencialista. É razoável supor que o posicionamento de não concordar e nem discordar das frases se deva a falta de informação. Talvez os universitários estejam habituados a se posicionar com base em informações e na ausência das mesmas preferem evitar um posicionamento mais contundente.

O mais importante a se destacar nos dados da tabela 7 é que as percepções negativas sobre o PBF, previamente abordadas na revisão da literatura, ocorrem entre os estudantes da UEMG/Cláudio. A percepção de que o PBF favorece a acomodação dos beneficiários foi abordada por Castro et al. (2009); Mundin et al. (2019), bem como na pesquisa SECOM-PR/IBOPE (2014). A percepção de que o PBF seria uma prática populista foi apresentada por Leite, Fonseca, Holanda (2019), nesse caso associada a promoção de marketing político; assim como Euzébios Filho (2016) indicou que o programa foi associado ao personalismo político. A percepção de que o PBF é uma prática assistencialista insuficiente para redução da desigualdade foi discutida por Leite, Fonseca, Holanda (2019) e por Natalino (2020), sendo que esse ainda destaca a percepção de que o programa gera dependência. A percepção de que ocorre corrupção/fraude na seleção dos beneficiários foi abordada por Castro et al. (2009) e pela pesquisa SECOM-PR/IBOPE (2014).

Buscando compreender a percepção dos estudantes sobre a causa da pobreza o questionário contou com a questão expressa na tabela 8. A ideia de que a pobreza resulta das disposições individuais, a preguiça de indivíduos indispostos ao trabalho recebeu 11,1% da concordância dos estudantes. Esse tipo de percepção é associado a acomodação e que o PBF reforçaria tal acomodação.

Tabela 8: Causas da pobreza

Com qual das frases você concorda mais?	
Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar.	11,1%
Boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidades iguais para que todos possam subir na vida.	88,0%
Não Respondeu	0,9%
Total	100,0%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Apesar das controvérsias a respeito das causas da pobreza, a maioria significativa dos respondentes (88%) concordaram com a frase que indica a pobreza como resultado de falta de oportunidades, logo de causas relacionadas a estrutura socioeconômica. Nesse sentido era de se esperar que os estudantes fossem favoráveis a ajuda do governo aos mais pobres, mas os mesmos se dividiram, como expresso na tabela 9.

Tabela 9: O governo deve ajudar?

Com qual das frases você concorda mais?	
As pessoas precisam da ajuda do governo para melhorar devida.	57,6%
As pessoas são capazes de melhorar por si próprias. A ajuda do governo acaba as deixando acomodadas.	41,0%
Não Sabe	1,4%
Total	100,0%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Apesar de uma quantidade relevante dos respondentes (41%) acreditarem que a ajuda do governo é dispensável e inviável por deixarem as pessoas acomodadas, a maioria (77%) pensam que o PBF deve ser mantido, bem como reconhece sua importância, assim como expresso na tabela 10

Tabela 10: O PBF deve ser mantido?

Com qual das frases você concorda mais?	
O PBF deve ser mantido, pois é uma importante política para a redução da pobreza.	77,0%
O PBF deve ser extinto pois não é suficiente para acabar com a pobreza e leva os beneficiados a acomodação.	21,6%

Não sabe	1,4%
Total	100,0%

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Os dados da tabela 10 (dessa pesquisa entre estudantes) apresentam sintonia com os dados da tabela 2 (Pesquisa SECOM-PR/IBOPE-2014). Enquanto entre os estudantes 77% são favoráveis ao PBF, entre os brasileiros esse percentual é de 62%. No mesmo sentido, tanto entre os estudantes, quanto entre os brasileiros, 21% são contrários ao programa.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de percepções sobre o PBF entre os estudantes da UEMG/Cláudio trouxe evidências de que coexistem percepções positivas e negativas entre os respondentes. A hipótese foi parcialmente corroborada, ou seja, muitos dos respondentes apresentam percepções negativas sobre o Programa Bolsa Família, entre tais percepções destaca-se o entendimento do programa como uma política insuficiente para superação da pobreza, marcada por práticas clientelistas e populistas, além da existência de corrupção/fraude na seleção dos beneficiários. No entanto, as percepções negativas não foram compartilhadas pela maioria em todas as suas variáveis. Portanto o objetivo da pesquisa foi cumprida, ou seja, descreveu-se as percepções dos estudantes sobre o PBF.

Os resultados da pesquisa apresentam sintonia com as informações e dados da literatura levantada. As percepções negativas sobre o PBF entre os estudantes mostraram-se quantitativamente significativas. Entre tais percepções, levantadas entre os estudantes e presente na literatura avaliada destacam-se as seguintes: 1) o PBF levaria os beneficiários á acomodação; 2) o programa se traduz em praticas clientelistas e populistas, 3) o programa seria uma política assistencialista que geraria a dependência dos beneficiados em relação ao governo, sendo insuficiente para superação da pobreza; 4) ocorre corrupção/fraude na seleção dos beneficiários, nem todos que recebem o benefício o merecem de fato. É importante destacar que tais percepções negativas coexistem com percepções positivas, logo não há um consenso geral entre os estudantes quanto a inviabilidade do PBF, mas é quantitativamente relevante o número daqueles que o percebem negativamente.

O estudo revela um forte estigma associado aos beneficiários do PBF, com percepções de preguiça e dependência nociva. Apesar de reconhecerem alguns benefícios, como o aumento do consumo pelos beneficiários, os universitários criticam a gestão e a eficácia do programa. A falta de conhecimento detalhado sobre o PBF entre os estudantes e fatores socioeconômicos parecem influenciar a percepção negativa. Essas conclusões destacam a necessidade de aprimorar o PBF em termos de transparência e prevenção de fraudes, ao mesmo tempo em que reforçam a importância de políticas sociais que tenham um impacto positivo reconhecido pela população.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Tadeu Alencar. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.65, p.200-226, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/riieb/a/TSitPNDQcMBfvG7zMvwWFXJB/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 15/04/2025.
- BRASIL. BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Revista Dados**, v.2, n.40, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvz/#> Acessoem: 07 out. 2023.
- CASTRO, Henrique Carlos de; WALTER, Maria Inez Machado; SANTANA, Cora Maria Bender; STEPHANOU, Michele Conceição. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, v.1, n.1, p.333-355, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/ZsSgBnxGs9jJNwNBYz8Tz4Q/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 abr. 2025.
- COSSATO, L; CORRÊA, A. L; PAIVA, S. C. F. O Bolsa Família no enfrentamentoda pobreza e na sequência histórica das grandes políticas econômicas brasileiras: suas condições de possibilidade. **Leituras de Economia Política**, n.26, p. 77-94, 2018. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3655/Artigo5A.pdf> . Acesso em: 15/04/25.
- DANTAS, Sara Verônica de Avelar Dias; MIRANDA, Maria Geralda; DUSEK, Patrícia Maria; AVELAR, Kátia Eliane Santos. Uma avaliação do Programa Bolsa Família. **Interações**, v.19, n.4, p.713-726, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/3PJGjb5LQZsqzJ7z9ZDXBdR/> . Acesso em 15 de abril de 2025.
- EUZÉBIOS FILHO, Antônio (2016). Sobre ideologias e programas de transferência renda no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v.28, n.2, p.257-266, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XXb3Tngn8HFzFyBjqCLKbrQ/> . Acesso em: 15/04/2025.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014.
- HILGERS, T. Clientelism and conceptual stratching: differentiating among concepts andamong analytical levels. **Theor. Soc.** v.40: 567-588, 2011.
- INCISA, Ludivico. Populismo. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 1998.
- LEITE, Cristiane Kerches da Silva; FONSECA, Francisco César Pinto da; HOLANDA, Bruna de Moraes. Imagens e narrativas do Bolsa Família: análise retórica da grande imprensa. **Revista de Administração Pública**, v.53, n.5, p.879-898, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/8VRT5nnQqzy5qHYgBZ76sGt/?lang=pt> . Acesso em: 15/04/25.
- MUNDIM, Pedro Santos; VIDIGAL, Robert; MICHELOTTI, Fernando Canto; PINTO, André Jácomo de Paula. O Programa Bolsa Família e seus beneficiários na opinião pública brasileira. **Opinião Pública**, v.25, n.3, p.556-576, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/OGNhFffJV7WqmxvXVTrrwjm/> . Acesso em: 15/04/25.

- [13]. NATALINO, Marco Antônio Carvalho. Redistribuição e o Programa Bolsa Família na percepção dos brasileiros. **IPEA, Boletim de Análise Político-Institucional**, n.23, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10171> . Acesso 15 abr. 2025.
- [14]. PUTNAN, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência italiana moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- [15]. OLIVEIRA, ariane Maria Machado de; KUDLAWICZ, Claudineia; CRUZ, June alison Westarb; POVOA, Ângela Cristiane Santos. Indicadores sociais brasileiros: uma análise dos efeitos do Programa Bolsa Família. **Org & Demo**, v.17, n.1, p.63-84, 2016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/6113> . Acesso em: 15/04/25.
- [16]. RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2014.
- [17]. SECOM/PR; IBOPE. Pesquisa Domiciliar Quadrimestral de Opinião Pública (11/2014). Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-2013-a-2018/relatorio-final-pesquisa-domiciliar-quadrimestral-jun-14.pdf/view>> Acesso: 11/11/2023.
- [18]. VIEIRA, Kelmara Mendes; FRAGA, Luana Santos; POTRICH, Ani Caroline Grigion; SANTOS, Luis Felipe de Oliveira; MORAIS, Gabrielli Fonseca; GIACOMELLI, Letielle Martins. Percepções e conhecimento dos universitários sobre o Programa Bolsa Família. **RP3 – Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Edição Nº. 7, 1º Semestre de 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/16826> Acesso em: 10nov. 2023
- [19]. WELLFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- [20]. YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. PortoAlegre: Bookman, 2001.